

ENTRE HISTÓRIA E LITERATURA: O ETNOCÍDIO INDÍGENA NAS FICÇÕES DE HORROR DE CLIVE BARKER E MOACIR FIO

*Between History and Literature: Indigenous Ethnocide
in the Horror Fictions of Clive Barker and Moacir Fio*

JOÃO NILO DE SOUZA NOBRE 

Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, Brasil.
nilonobrelobo@gmail.com

EDITOR-CHEFE:

Andrei dos Santos Cunha

EDITOR-EXECUTIVO:

Anderson Bastos Martins

EDITORES ASSOCIADOS:

Germana Henriques Pereira;
Rachel Esteves Lima

SUBMETIDO: 21.03.2025

ACEITO: 13.04.2026

COMO CITAR:

NOBRE, João Nilo de Souza.
Entre História e Literatura:
o etnocídio indígena nas
ficções de horror de Clive
Barker e Moacir Fio. *Revista
Brasileira de Literatura
Comparada*, v. 28, e20261076,
2026. doi: [https://doi.
org/10.1590/2596-
304x202628e20261076](https://doi.org/10.1590/2596-304x202628e20261076)

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo comparar dois contos de horror na floresta amazônica, não apenas entre si, mas também em diálogo com o arcabouço do conhecimento historiográfico disponível. A partir da pós-modernidade, a fronteira entre Literatura e História passa a ser problematizada sob diferentes perspectivas. Por um lado, reconhece-se que as narrativas históricas apresentam marcantes características literárias; por outro lado, com o avanço dos estudos culturais pós-coloniais e decoloniais, as obras literárias passam a ser analisadas, em grande medida, à luz da História. Nesse contexto, busca-se identificar as semelhanças e diferenças entre os contos, bem como entre essas narrativas e a História do Brasil, situando a discussão também em relação à sociedade contemporânea pós-moderna e aos seus dilemas.

PALAVRAS-CHAVE: História; literatura; estudos culturais; pós-modernismo.

ABSTRACT:

This article aims to compare two horror stories set in the Amazon rainforest, not only with each other but also in dialogue with the available body of historiographical knowledge. From a postmodern perspective, the boundary between Literature and History is problematized from different viewpoints. On the one hand, it is recognized that historical narratives present marked literary characteristics; on the other hand, with the advancement of post-colonial and decolonial cultural studies, literary works are largely analyzed in the light of History. In this context, the aim is to identify the similarities and differences between the stories, as well as between these narratives and the History of Brazil, situating the discussion also in relation to contemporary postmodern society and its dilemmas.

KEYWORDS: History; literature; cultural studies; postmodernism.

Declaração de disponibilidade de dados:

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

Declaração de conflito de interesses:

Não possui conflito de interesse.

INTRODUÇÃO

A história do Brasil é profundamente marcada pela violência contra os povos originários. Desde os primeiros momentos da colonização, com o apresamento de indígenas para serem escravizados pelos bandeirantes, passando pela contínua expansão das missões evangelizadoras que, à sua maneira, impunham novos padrões culturais às etnias forçosamente reunidas nos aldeamentos jesuítas, até os extermínios de comunidades inteiras sob o pretexto de “guerra justa” contra aqueles que apenas buscavam resistir e sobreviver. Soma-se a isso a repressão violenta a comunidades pobres que se insurgiram durante o período imperial, a resistência indígena frente ao expansionismo colonialista promovido pelos militares durante a Ditadura e, ainda hoje, a luta das diversas etnias pelo reconhecimento de seus direitos territoriais (Fernandes 1999; Fausto, 2015; Priore, 2016, Mesgravis, 2018; Prezia, 2017). Nesse sentido, a trajetória dos povos originários do Brasil foi — e continua sendo — marcada por processos de violência e apagamento.

A partir da década de 1990, sob a influência da reviravolta linguística (Oliveira, 2015), historiadores como Hayden White passaram a questionar os limites do discurso histórico no que diz respeito ao seu de verdade objetiva. Nesse contexto, evidencia-se que os trabalhos historiográficos também se constituem como narrativas, elaboradas a partir de recortes de tempo e espaço e estruturadas por meio de recursos linguísticos e figuras de linguagem, com o objetivo de comunicar determinadas interpretações da realidade.

Em movimento inverso, mas igualmente influenciada pelo mesmo contexto sociopolítico mundial, a literatura tem se dedicado cada vez mais às especificidades discursivas, históricas e contextuais das produções artísticas, à luz dos estudos culturais e pós-coloniais (Mattos, 2021).

É possível perceber, portanto, que as fronteiras entre Literatura e História são mais tênues do que se supunha. Considerando as diferentes posições identitárias na literatura, este estudo propõe uma comparação entre as representações do horror do etnocídio indígena em dois contos ambientados na floresta amazônica, relacionando-os com os conhecimentos historiográficos sobre o tema. Para tanto, serão analisados dois contos: o primeiro, intitulado “Como grileiros sangram”, do escritor inglês Clive Barker, que integra o volume seis da coletânea *Livros de sangue*, publicado no Brasil pela editora Darkside em 2023; e o segundo, intitulado “A canção de Ari”, do escritor cearense Moacir Fio, presente no livro *Pequenas hemorragias*, publicado pela Editora Patuá, também em 2023.

Acredito que, além da confrontação com o conhecimento historiográfico, a comparação entre as duas narrativas ficcionais também permite evidenciar as diferenças discursivas entre os distintos autores. Ademais, essa articulação entre História e Literatura pode fomentar debates mais amplos e contribuir para a formação de perspectivas politicamente engajadas, funcionando como contraponto ao contexto contemporâneo marcado pela pós-verdade.

PÓS-MODERNISMO, A EROSÃO DA PRETENSÃO DE OBJETIVIDADE NAS HUMANIDADES E OS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS

Observa-se que o período pós-Segunda Guerra Mundial foi marcado pela gradual integração dos mercados a nível global, trazendo novos desafios e revelando relações de poder até então invisíveis (De Certeau, 1999). A globalização, cada vez mais homogeneizante, passou a abranger o mundo

inteiro, transformando as culturas em mosaicos formados pelas mais diversas influências. Neste contexto, surgiram preocupações da comunidade internacional em proteger as culturas minoritárias e seus patrimônios diante dessa absorção generalizada pelo capitalismo (Nobre, 2025). A partir da constatação dessas disputas de poder geopolíticas, nas ciências humanas emergiram também os estudos culturais, dedicados não apenas a valorizar as produções locais e periféricas, mas igualmente a denunciar as relações coloniais de poder ainda vigentes entre o Norte e o Sul global, sob perspectivas pós-coloniais ou decoloniais.

Atualmente, no campo da História, pesquisadores como Hayden White buscam demonstrar como o conhecimento histórico pode atuar sob uma perspectiva de dominação colonial, por meio da criação de sistemas de referência que, devido ao seu *status* científico, acabam sendo percebidos pelo leitor como “objetivos” ou “naturais”. White (2014) argumenta que, por trás dessa aparência de realismo, frequentemente se escondem movimentos ideológicos disfarçados. Para realizar suas análises, ele contrastou os escritos de historiadores do século XIX com figuras de linguagem, identificando os elementos linguísticos que estruturam os discursos históricos. Segundo o pesquisador, existem duas correntes que fragilizam a confiabilidade da História enquanto ciência: por um lado, filósofos como Foucault, Lévi-Strauss, Heidegger e Sartre questionaram a existência de uma consciência histórica e denunciaram o caráter ficcional de reconstruções históricas; por outro, pensadores anglo-americanos produziram vasta literatura sobre o *status* epistemológico e a função cultural do pensamento histórico. A magnitude desse corpo literário, se considerada em sua totalidade, suscita sérias dúvidas sobre se a História deve ser entendida como uma ciência rigorosa ou como uma arte genuína (White, 2014).

Em diversos de seus trabalhos, o historiador inglês Eric Hobsbawm destacou que a História pode ser utilizada na construção de significados a partir de passados idealizados.

Se o presente era, em algum sentido, insatisfatório, o passado forneceria o modelo para reconstruí-lo de uma forma satisfatória. Os tempos passados eram definidos – muitas vezes ainda o são – como os bons tempos do passado, e é para lá que a sociedade deveria voltar. Esta concepção ainda está muito viva: no mundo inteiro as pessoas definem a utopia como nostalgia: um retorno à boa e velha moralidade (...). Mas é claro que hoje existem poucas situações em que um retorno ao passado seja, ou até mesmo pareça, concretamente possível. O retorno ao passado ou é retorno a algo tão distante que tem que ser reconstruído, uma “ressurreição” ou “renascimento” (...), ou, o que é mais provável, um retorno a algo que nunca existiu realmente, mas foi inventado para tal fim. (Hobsbawm, 2013, p. 46).

Em outro de seus célebres trabalhos, o historiador demonstra como o passado pode ser apropriado, resultando na invenção de tradições que servem à criação de símbolos nacionais (Hobsbawm, 2020).

Conforme afirma Barros (2012), na década de 1980, o filósofo Paul Ricoeur desenvolveu uma crítica à historiografia “estruturalizante” dos Annales, ao enfatizar que o discurso do historiador pertence à esfera das narrativas. Ou seja, embora o conhecimento histórico constitua um tipo específico de narrativa, ele não pode ser considerado um discurso puramente analítico, desprovido de narração. Para Ricoeur, o não-narrativo simplesmente não existe.

Nesse sentido, embora o conhecimento histórico seja reconhecidamente provisório e esteja em constante construção, como proposto desde a Escola dos Annales (Luca, 2023), não se pode ignorar o caráter ficcional que a narrativa histórica pode assumir. Entretanto, parafraseando o prefaciador da edição de 40 anos do livro de White (2014), tal crítica não busca nos conectar de forma mais genuína e

realista com o passado, mas sim alertar para as enormes possibilidades que surgem quando a autoridade da objetividade se enfraquece. Em outras palavras, a crítica não pretende simplesmente invalidar a produção do conhecimento histórico baseada em fontes documentais — embora isso ocorra com frequência na contemporaneidade —, mas evidenciar que discursos ideológicos e relações de poder podem estar disfarçados sob a aparência de neutralidade e objetividade científica.

Conforme aponta Sutermeister (2009), opositores da argumentação de Hayden White chegaram a atribuir-lhe certa responsabilidade pelo revisionismo negacionista, em função do forte relativismo que sua posição confere à ciência histórica. Esses críticos defendem que o ofício do historiador deve se basear na pesquisa arquivística, no cuidado em evitar falsificações e na construção do conhecimento a partir de hipóteses. Contudo, reconhecem que, enquanto seres humanos, os historiadores não podem se abster de usar a imaginação para organizar as coleções de fatos em sequências lógicas.

Em movimento contrário, mas também decorrente do mesmo contexto sociopolítico, enquanto a História enfrenta uma significativa perda de autoridade na organização do discurso social e político, a Literatura passa a ocupar um espaço crescente nas discussões sobre autoria e lugar de fala dos agentes sociais.

Conforme sintetizado por Brandão Mattos (2021), após destacar o trabalho da pesquisadora Else Vieira sobre estudos culturais e literários, a Literatura passou por uma reorientação paradigmática que ampliou seu diálogo com a Antropologia, a História, a Sociologia e a Geografia. Essa mudança foi impulsionada pela necessidade crescente de representatividade social nos textos ficcionais, uma vez que a produção literária do homem branco, consagrada como cânone universal, contribuiu para o silenciamento e o apagamento histórico-cultural de povos marginalizados, em detrimento das tradições euro-ocidentais.

O “apagamento de registros”, contudo, sempre foi (e será) meramente protocolar, uma vez que não se apaga a memória coletiva. Aos ficcionistas, à sombra dos discursos oficiais, é possível documentar o indizível (no sentido censor da palavra), fazer história pela literatura, obviamente sem a pretensão de substituí-la. Esse é o principal ponto de encontro entre os leitores que buscam registros reais na literatura: rasgada a historiografia, é legítimo recorrer à narrativa ficcional em busca dos “sinais de vida” histórico-culturais. (Mattos, 2021, p. 163).

Dessa forma, assim como as iniciativas da UNESCO voltadas à preservação do patrimônio das minorias (Nobre, 2025), observa-se também um esforço dos estudos culturais em valorizar as produções literárias de grupos historicamente marginalizados pela ideologia dominante. Nesse contexto, as relações geopolíticas históricas tornam-se elementos centrais nas discussões literárias, evidenciando como poder, memória e cultura se entrelaçam.

O interessante é que essa reorientação paradigmática, necessária do ponto de vista político, traz consigo um dilema na produção da narrativa ficcional. Segundo Brandão Mattos (2021), a literatura do século passado debateu intensamente a questão da desvinculação entre obra e autor de suas amarras históricas, buscando afastar a ideia de que o texto seria uma simples confissão do autor. Seguindo Barthes, argumenta-se que o texto literário deve ser entendido como uma encenação. No entanto, Brandão Mattos esclarece que a célebre “morte do autor” atribuída a Barthes é frequentemente mal compreendida: não se trata de a pessoa do autor se ausentar da encenação, mas de reconhecer que o autor é depositário de múltiplas dimensões. Assim, não se pode realizar uma análise teológica do autor

como um “Deus”, mas sim compreender o texto como um espaço multidimensional em que diferentes elementos culturais coexistem e se confrontam.

Por esse viés teórico, passou a ser aceitável, aos estudiosos voltados às linhas de pesquisa que exploram os vínculos entre a literatura e os estudos culturais, “ressuscitar” o autor e sua voz, se não no plano diegético, ao menos nas entrelinhas textuais ou, pensando do ponto de vista linguístico, no nível do discurso. (Mattos, 2021, p. 166).

Segundo o pesquisador, a identificação da identidade autoral é fundamental para a definição e o estudo das coletâneas literárias africanas ou latino-americanas, uma vez que é a partir da diferenciação em relação ao “Ocidente” que se constituem os agrupamentos literários pós-coloniais.

Aos pesquisadores das Letras latino-americanas e africanas, passou a interessar um estudo de reconhecimento não apenas dos conteúdos locais (ou vinculados ao espaço local em oposição ao global), mas — e sobretudo — dos recursos formais que, na fratura léxico-sintática das línguas importadas, expunham marcas dialetais de pertencimento nacional ou continental. (Mattos, 2021, p. 167).

Neste sentido, a partir da identificação cultural e identitária, grupos de estudo específicos começaram a se consolidar, trazendo consigo reivindicações de direito de fala sobre suas próprias experiências. Esses grupos denunciaram que muitas das imagens consideradas canônicas foram, em sua maioria, construções elaboradas pelos europeus, como exemplifica a crítica ao Orientalismo feita por Edward Said na década de 1990.

Conforme argumenta Brandão Mattos (2021), a obra literária pós-colonial passa a ser lida também a partir da credencial identitária de seu autor, que se espera representar as vozes locais. Nesse contexto, surgem literaturas expressivas de diversos grupos historicamente oprimidos: femininas, negras, indígenas, homoafetivas, entre outras. Cria-se, assim, uma encruzilhada em que cada linha de pesquisa demanda o pertencimento do autor a um lugar de fala, o que, por vezes, acarreta consequências políticas nas reivindicações identitárias. Entretanto, como ressalta Djamila Ribeiro (2019), o lugar de fala não deve ser entendido como um delimitador de exclusividade do discurso.

Por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem a outros grupos. O que estamos questionando é a legitimidade que é conferida a quem pertence ao grupo localizado no poder. (Ribeiro, 2019, p. 68).

Em outras palavras, autores que não pertencem às minorias representadas não são obrigados a se calar, especialmente quando muitas vezes fazem parte dos grupos tradicionalmente dominantes. Contudo, é necessário questionar a legitimidade de seus discursos caso sejam apresentados como únicos, verdadeiros e objetivos, a fim de evitar a construção de imagens caricaturais do “outro” e a perpetuação do apagamento de suas epistemologias. Paralelamente, destaca-se, enquanto movimento político, a consolidação de um campo literário formado por pessoas cujas vozes foram historicamente silenciadas, introduzindo novas perspectivas no debate literário.

Entretanto, o que acaba ocorrendo, segundo Brandão Mattos (2021), é a vinculação do conceito de lugar de fala a todas as produções discursivas, inclusive as artísticas, em uma tentativa de evitar, a todo custo, o “falar pelo outro”, entendido também como uma forma de opressão. Nesse contexto, o

pesquisador retoma a questão da ausência do autor na encenação do texto para abordar o conceito de fragmentação subjetiva, segundo o qual as identidades se apresentam como fluidas e instáveis. Conforme Stuart Hall,

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem “flutuar livremente”. Somos confrontados por uma gama de diferentes identidades (cada qual nos fazendo apelos, ou melhor, fazendo apelos a diferentes partes de nós), dentre as quais parece possível fazer uma escolha. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribuiu para esse efeito de “supermercado cultural”. (Hall, 2006, p. 75).

Nesse sentido, Brandão Mattos (2021) propõe uma análise literária mais voltada para o lugar a partir do qual o autor escreve, em vez de se apoiar estritamente no conceito de lugar de fala. Para o pesquisador, a compreensão do sujeito como portador de identidades múltiplas coloca em xeque a centralidade de um lugar de fala fixo na autoria ficcional. Essa perspectiva se torna ainda mais relevante ao considerarmos que o sujeito colonial é, por natureza, fragmentado — assim como as narrativas que produz —, sobretudo diante dos efeitos homogeneizantes da globalização sobre as diversas culturas.

Em outras palavras, a hipótese de um “lugar de fala” do autor literário inviabiliza o distanciamento entre a obra literária e o seu criador, ainda que o mínimo necessário para que se dê o jogo de simulação da arte: o cachimbo de Magritte. No entanto, as “falas do lugar” impõem um limite inexorável às vinculações possíveis entre autor e obra. Evidentemente, admitindo-se a multiplicidade subjetiva do ficcionista (conforme mencionado acima), não se estará aceitando a livre vinculação. Recorrendo de novo à teoria de Foucault, é imperioso afirmar que os “vários eus” ou as “várias posições-sujeito” que se podem manifestar na autoria estão circunscritos à vivência do sujeito-autor, porque os seus potenciais “eus” são constituídos na vida, não inerentes. (Mattos, 2021, p. 175).

No contexto sociopolítico contemporâneo, como reflexo das transformações impulsionadas pela pós-modernidade, a literatura comparada também passou por importantes desdobramentos. A hegemonia, a apolitização e o etnocentrismo que caracterizavam o comparatismo tradicional de matriz estruturalista passaram a ser diretamente criticados a partir da década de 1970. Segundo Coutinho (2005),

Conscientes de que não se trata mais de uma simples inversão de modelos, da substituição do que era tido como central pela sua antítese periférica, os comparatistas atuais que questionam a hegemonia das culturas colonizadoras abandonam o paradigma dicotômico e se lançam na exploração da pluralidade de caminhos abertos como resultados do contato entre colonizador e colonizado. A consequência é que se vêem de diante de um labirinto, hermético, mas profícuo gerado pela desierarquização dos elementos envolvidos no processo de comparação e, sua tarefa maior passa a consistir precisamente nessa construção em aberto, nessa viagem de descoberta sem marcos definidos. (Coutinho, 2005, p. 27).

Desse modo, essa breve contextualização teórica evidencia que as disputas discursivas identitárias ocupam posição central nos debates acadêmicos contemporâneos. Ao passo que a História teleológica moderna tem seu estatuto de verdade contestado no contexto pós-moderno — revelando seu caráter também construído e imaginativo —, a Literatura passa a se inserir de maneira cada vez mais intensa nas discussões políticas impostas pelo cenário geopolítico, participando ativamente das disputas por

espaços historicamente negados. Nesse sentido, propõe-se, a seguir, uma análise comparativa entre obras literárias não visa estabelecer hierarquias ou universalizações, mas sim evidenciar o diálogo temático entre produções de diferentes nacionalidades, bem como suas convergências e divergências no contexto contemporâneo.

No que se refere ao gênero literário das obras, segundo Carroll (1999), o horror configura-se como um gênero moderno, surgido a partir do século XVIII, como desdobramento do gótico sobrenatural, e desenvolvido em múltiplas formas até a contemporaneidade. Para o autor, o fato de buscarmos ativamente o horror ficcional — ainda que, em outros contextos, cenas repulsivas nos levem ao afastamento — evidencia o chamado “paradoxo do coração”. Não cabe, neste momento, aprofundar as diversas teorias que explicam o prazer diante de monstros e situações repulsivas; contudo, é relevante destacar que as diferentes manifestações do horror se encontram, com frequência, diretamente relacionadas aos contextos sociopolíticos e econômicos em que são produzidas.

Desde as narrativas conservadoras sobre sexualidade, evidentes nos filmes do gênero *slasher* da década de 1980 (Sá, 2017), até a crescente conscientização acerca das estruturas racistas no cinema hollywoodiano ao longo do século XX e o surgimento, na contemporaneidade, de produções voltadas explicitamente à denúncia de opressões sociais (Coleman, 2019), o horror tem se configurado como um campo de disputas narrativas sobre a sociedade. Em determinados momentos, o monstro é representado como aquilo que vem de fora — o diferente, o exótico; em outros, o horror emerge da própria estrutura social, que exclui e segrega de forma violenta.

Conforme mencionado, o contexto contemporâneo, marcado pela emergência de novas vozes nas disputas políticas, tem possibilitado a contestação do *status quo*. Nesse cenário, assim como a literatura se torna cada vez mais consciente de seu papel nas disputas políticas atuais, as narrativas de gênero, como o horror, também passam a refletir sistemas de opressão até então invisibilizados.

É nesse contexto fronteiro e híbrido — entre uma História literarizada e uma Literatura historicizada — que se propõe a comparação entre dois contos de horror ambientados na floresta amazônica. Destaca-se que tais narrativas também refletem o momento sociopolítico de contestação das estruturas dominantes, ao representarem as práticas coloniais como agentes de violência. Conforme será discutido a seguir, ambas mobilizam elementos amplamente registrados pela historiografia; contudo, apesar da proximidade temática, também deixam transparecer diferenças significativas que remetem aos distintos lugares de enunciação de seus autores.

OS CONTOS DE HORROR DE CLIVE BARKER E MOACIR FIO ENQUANTO METÁFORAS HISTORIOGRÁFICAS

Inicialmente, analisa-se um conto de Barker, intitulado “Como grileiros sangram”. Já no título, delineiam-se aspectos centrais da identidade e das intenções dos protagonistas. Na narrativa, o escritor inglês apresenta três estrangeiros que adentram a floresta amazônica em busca da exploração de suas riquezas, mas acabam confrontando um horror inesperado: um deles desenvolve uma condição física que torna sua pele e sua carne extremamente vulneráveis, de modo que o simples peso das próprias roupas é suficiente para abrir feridas. A história se inicia com dois dos personagens reunidos ao redor do túmulo de Cherrick, o personagem adoecido, estabelecendo, desde o princípio, uma atmosfera de fatalidade e antecipação do horror.

É interessante notar que Barker não constrói um grupo coeso. Os nomes dos estrangeiros — Locke, Cherrick e Stumpf — indicam nacionalidades distintas; ainda assim, todos estão envolvidos em atividades de grilagem de terras. Tal configuração pode ser interpretada tanto como uma crítica à predação colonial exercida por diferentes países europeus sobre o Novo Mundo quanto como uma alusão a uma prática que permanece recorrente na atualidade.

Segundo definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), “toda a ação que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros constitui uma grilagem ou grilo, que tem seu início em escritórios e se consolida em campo mediante a imissão na posse da terra” (INCRA/MDA, s/d, p. 4). O mesmo documento aponta que a grilagem figura entre os instrumentos mais poderosos de domínio e concentração fundiária no Brasil, sendo que as terras sob suspeita de grilagem correspondem a uma extensão equivalente a três estados de São Paulo.

Segundo Torres (2017), a Amazônia concentra a maior extensão de terras públicas não destinadas do país e, por conseguinte, apresenta também a maior incidência de processos de grilagem em curso. Nesse contexto, as estratégias de transferência da titularidade de bens públicos para a propriedade privada mostram-se particularmente complexas, sendo, em muitos casos, viabilizadas inclusive por meio de programas estatais.

Retornando ao conto, os dois grileiros estrangeiros entram em desacordo quanto à causa da morte do terceiro. Especulam se o óbito teria sido provocado por alguma doença transmitida pelos indígenas com quem tiveram contato. Diante desse cenário, o alemão Stumpf decide abandonar o empreendimento e vender sua parte ao outro por qualquer valor, movido unicamente pelo desejo de retornar à cidade e deixar para trás a experiência vivida.

Em seguida, a narrativa retrocede ao início dos acontecimentos, apresentando a chegada dos três ao território que haviam adquirido, bem como o primeiro contato com a comunidade indígena que ali habitava. Nesse momento, evidencia-se a dificuldade de comunicação entre os grupos — “Eles não me entendem” (Barker, 2023, p. 71) —, o que contribui para a construção de uma atmosfera de tensão.

O personagem Locke insiste para que Stumpf, o único que fala português, explique aos demais os documentos e mapas que estabelecem a divisão da terra. No entanto, o alemão demonstra consciência de que tudo aquilo não passa de uma tentativa de impor uma visão de mundo sobre o outro, ao afirmar “Acho que eles não ficariam muito impressionados com isso” (Barker, 2023, p. 71). Essa percepção evidencia que o processo de grilagem e apropriação de terras, desde os tempos coloniais, baseia-se na criação e imposição de regras por parte da sociedade branca ocidental sobre outras formas de organização social. Não há, portanto, razão para que uma comunidade originária, regida por sua lógica interna, se submeta a normas externas impostas por invasores. Nesse sentido, a narrativa ficcional espelha a História, na qual a ocupação territorial foi frequentemente legitimada pela violência. Tal aspecto torna-se ainda mais evidente nos pensamentos de Cherrick, ao reconhecer que dispunham de todas as permissões, “da assinatura à bala” (Barker, 2023, p. 72), expressão que funciona como metáfora dos múltiplos mecanismos de coerção utilizados desde o período colonial.

A tensão se intensifica diante da incompreensão mútua, até que surge uma resposta direta e contundente: “estávamos aqui antes do governo” (Barker, 2023, p. 75). A afirmação explicita a lógica de imposição do “direito” ocidental sobre os territórios de povos originários, ao evidenciar o descompasso entre sistemas jurídicos externos e formas pré-existentes de ocupação e pertencimento à terra: “Pode-se

pensar em como o aparato jurídico-político construído em prol desses interesses excluem povos e comunidades tradicionais que se pautam no uso comum da terra, à medida em que o direito é restrito a *proprietários* e não por meio do reconhecimento” (Torres, 2017, p. 22).

À medida que a tensão cresce na narrativa, um acontecimento decisivo se desenrola, deixando “apenas os fatos acusadores: o menino morto; o rifle quente” (Barker, 2023, p. 76). Diante disso, os três fogem, temendo retaliação. De volta ao pequeno posto comercial, encontram outros estrangeiros, Dancy e Tetelman. Este último, proprietário dos armazéns, atua por meio da troca de bens materiais com as comunidades indígenas: oferece remédios e cobertores em troca de jarros e tigelas, que posteriormente revende em Manhattan, já que “hoje em dia todo mundo quer algum objeto produzido por uma tribo extinta” (Barker, 2023, p. 81).

Tetelman é o primeiro a romper com a visão estereotipada, afirmando que os indígenas não são selvagens nem estúpidos. Em seguida, revela que, nas últimas três décadas, toda aquela região era território indígena e que, para os brancos, a selva era percebida como imunda e infestada de doenças. Contraditoriamente, essa mesma selva, vista como hostil, continha os recursos que desejavam explorar. Trata-se, portanto, de uma metáfora bastante explícita do empreendimento colonial ao longo do tempo: da extração de madeira e produção agrícola nos primeiros séculos de colonização à exploração de minerais, como nas corridas do ouro, até chegar a formas mais recentes de espoliação, envolvendo petróleo e minerais essenciais à produção de microchips e baterias elétricas. Assim, evidencia-se a continuidade histórica da exploração de recursos naturais em benefício do desenvolvimento dos países ricos (Fausto, 2015; Priore, 2016; Mesgravis, 2018).

Em meio à conversa, Tetelman assume uma postura próxima à de um narrador de fábulas, explicando, de maneira expositiva — tanto para os outros personagens quanto para o leitor —, a lógica perversa que sustenta a grilagem. Quando Locke argumenta que pagaram pela terra, tentando legitimar a ocupação, Tetelman retruca ao desmontar essa justificativa:

Vocês pagaram pela vista grossa, para poderem tomá-la à força. Vocês pagaram pelo direito de foder com os índios de qualquer maneira possível. Foi isso que seus dólares compraram, sr. Locke. O governo deste país está contando os meses até que todas as tribos do subcontinente sejam exterminadas por vocês e seus semelhantes. Não adianta bancar os inocentes indignados. Já estou aqui há muito tempo... (Barker, 2023, p. 79).

Essa fala do personagem permite uma associação direta com o texto de Moacir Fio, a ser analisado a seguir, ao remeter não apenas ao projeto colonial do estrangeiro, mas também às iniciativas internas de ocupação e controle territorial. Além disso, embora inicialmente soe como uma denúncia, o comentário revela, na verdade, a plena consciência de Tetelman sobre seu próprio papel dentro da engrenagem colonial. Na sequência do diálogo, quase como um antagonista que explicita suas motivações, ele admite compartilhar dos mesmos interesses que os demais e expõe suas intenções ao propor ajudar o outro a se livrar da comunidade em troca de “uma fatia de tudo o que encontrar em sua terra” (Barker, 2023, p. 83).

Após a morte de Cherrick, Locke e Stumpf retornam à cidade já em comum acordo: “Stumpf foi até Locke e ofereceu a ele a última terça parte do território para adicionar à parte de Cherrick, e Locke, sempre realista, aceitou” (Barker, 2023, p. 90). A negociação demonstra a naturalização da partilha da

terra, mesmo diante da violência que a sustenta. Na cidade, torna-se evidente que aquilo que ocorrera com Cherrick também passa a afetar Stumpf. Assombrado pela possibilidade de ser o próximo, Locke decide voltar à floresta para falar com o ancião. No entanto, ao chegar à aldeia, encontra apenas o vazio: não há mais comunidade, apenas Tetelman, Darcy e um novo personagem, todos estrangeiros, engajados em uma atividade que desperta sua curiosidade. A cena que se revela é brutal: “A tribo já estava em estado de putrefação. Os índios jaziam onde haviam sido jogados, em uma confusão de seios e nádegas e rostos e membros, seus corpos tingidos aqui e ali de roxo e preto. Moscas faziam uma confusão no ar acima deles” (Barker, 2023, p. 100). A descrição expõe o desfecho extremo do processo colonial, no qual a violência deixa de ser apenas estrutural ou simbólica e se materializa sobre os corpos, marcando o apagamento físico da comunidade.

De forma geral, o panorama apresentado por Barker revela uma constante invasão da floresta amazônica por estrangeiros, tutelados por um governo interessado em se ver livre da população indígena. Apesar da presença de elementos contemporâneos, a narrativa não se ancora em um marco cronológico específico, operando antes em uma temporalidade difusa que aproxima diferentes momentos históricos. Nesse sentido, estabelece um paralelo mais amplo com o período colonial, marcado pela atuação de diversos agentes estrangeiros que disputavam entre si o domínio territorial, ao mesmo tempo em que promoviam o extermínio dos povos originários por múltiplas vias, seja pelo confronto armado, seja pela disseminação de doenças.

Já o conto de Moacir Fio apresenta, a partir da perspectiva de um cearense, uma imagem mais condizente com a contemporaneidade do país, embora não menos violenta, e cujo panorama guarda semelhanças com a narrativa de Barker.

Em “A canção de Ari”, somos apresentados a um técnico de TI que narra sua experiência de moradia com Ari, após a morte de um antigo colega nos alojamentos, evento que ele sequer percebeu: “Encontraram o corpo inchado e fedendo, quer dizer, segundo eles fedia, pra mim tava igual” (Fio, 2023, p. 48). Após alguns dias de licença, o personagem volta ao trabalho na usina e encontra Ari: “Na manhã em que cheguei com minha mochila, ele usava camiseta preta e headphones brancos na cabeça. O conjunto da obra lhe dava a aparência de um sagui gigante” (Fio, 2023, p. 51). A narrativa evidencia, de forma quase casual, a convivência com a morte e o estranhamento cotidiano, mostrando como a violência e a precariedade se entrelaçam com o ambiente de trabalho e a vida dos personagens.

O estranhamento com o colega de quarto se intensifica quando o protagonista percebe que Ari saía uma vez por semana para caçar: “Surgiu coberto de terra vermelha, descalço e vestindo somente um calção” (Fio, 2023, p. 51). Intrigado com o comportamento do colega, o protagonista busca respostas, mas Ari o surpreende:

Como sempre, levantava pesos, mas largou os halteres e disse a coisa mais inesperada, disse que precisava me contar a verdade, ainda me olhando como se enxergasse através de mim ou como se falasse com um parente próximo que voltou *pra* casa. Perguntei se era sobre a paca. Sobre tudo, respondeu e foi até o quarto. (Fio, 2023, p. 53).

Em seguida, Ari narra que militares começaram a frequentar a usina durante a pandemia, deixando claro que não se tratava de uma operação sanitária: “não viu nenhum equipamento médico. Armas, no entanto, não faltavam” (Fio, 2023, p. 55). Em determinado momento, informam a Ari que ele, sendo

o único técnico disponível, deveria auxiliar os militares na manutenção de uma torre. “Era o que os militares faziam além dos exercícios no pátio, mexer nessas torres” (Fio, 2023, p. 55). A passagem mostra, de forma sutil, a militarização e o controle do espaço.

No dia do trajeto, um homem desconhecido chega ao local e se apresenta a Ari como missionário, mas este o percebe mais como algum figurão de Brasília do que como sacerdote. Os primeiros dias de viagem seguem tranquilos, com exceção da passagem do grupo por um acampamento de garimpeiros, armados como se fossem para uma guerra, e alguns deles até batendo continência para o major que lidera a expedição. Como mostram Oliveira, Borges e Marques (2024), diversos documentos históricos registram a relação entre os militares e setores da mineração, não apenas durante o período da ditadura empresarial-militar, mas estendendo-se até a contemporaneidade. Relações que, por muito tempo, permaneceram sigilosas e só vieram a público graças ao trabalho da Comissão da Verdade na década de 2010.

O trabalho de conserto da antena é rápido, mas, na volta, o missionário percebe a falta de sua mochila, e os soldados iniciam uma busca na floresta. Ari narra que: “Os soldados que tinham ido à frente voltaram com uma menina que não devia ter nem dez anos, presa pelos braços magros. Ela tinha linhas pretas pintadas nas bochechas” (Fio, 2023, p. 57). Segue-se um interrogatório marcado por extrema brutalidade, sem o menor constrangimento: “Ele lhe deu um murro que fez a menina se defecar” (Fio, 2023, p. 58). Esse trecho demonstra de forma chocante a normalização da violência e da desumanização.

Após horas de interrogatório, os militares localizam a mochila em uma aldeia próxima. O grupo se dirige para lá, mantendo a menina presa. Ao chegarem, Ari observa as condições das pessoas na aldeia: “Ari percebeu que não eram todos velhos, apenas tão magros que a pele crispava sobre os ossos. Os pequenos tinham barrigas estufadas e pouco cabelo e se moviam como se estivessem dopados” (Fio, 2023, p. 59). Sem que Ari suspeitasse do que viria a seguir, ocorre o etnocídio. “Talvez tenha sido o major o primeiro a atirar, mas a verdade é que Ari não sabe precisar quem foi, apenas que todos os fuzis dispararam ao mesmo tempo.” (Fio, 2023, p. 59). A passagem mostra de forma brutal a desumanização sistemática e a execução coletiva, transformando o poder militar em instrumento de extermínio e apagamento cultural.

Tal como no conto de Barker, o desfecho da aldeia se dá pelo empilhamento de corpos. “Ari se lembrava dos rostos magros de cada um dos mortos que carregou e descreveu para mim nos mínimos detalhes, inclusive o estrago causado pelos tiros. A bala de fuzil explode os ossos, disse ele.” (Fio, 2023, p. 60). Após esse relato, Ari começa a cantarolar uma canção desafinada e a dizer coisas sem sentido, enquanto os dois retornam à rotina como se a experiência nunca tivesse sido contada.

O protagonista vai para casa durante as férias, achando a história fantástica e sem cabimento. Ainda assim, procura relatos sobre massacres de indígenas, mas só encontra dados subnotificados. De volta à usina, percebe que Ari não retornou: “As notícias que chegaram davam conta de que tinha viajado para o exterior” (Fio, 2023, p. 63). No distrito, tenta investigar os massacres com alguns frequentadores do hotel, mas a única resposta que obtém é: “não se fala desse tipo de coisa” (Fio, 2023, p. 63).

Historicamente, há ampla confiabilidade para identificar a atuação dos militares na colonização da Amazônia. Fernandes (1999) traça um panorama das lutas dos povos camponeses contra a expropriação, a expulsão de suas terras e o assalariamento, destacando que suas organizações políticas começaram

a se formar em 1945 e vieram a se consolidar como as Ligas Camponesas, movimentos ligados a partidos de esquerda como o PCB. Entretanto, a partir do governo Dutra, em 1947, o PCB foi tornado ilegal, e as Ligas Camponesas sofreram violenta repressão. Nesse contexto, tanto o PCB quanto a Igreja Católica defendiam uma reforma agrária gradual, realizada em pequenas etapas e a partir de indenizações. Algumas Ligas, por sua vez, tentaram organizar movimentos armados de guerrilha, mas foram dispersadas pelo exército. Com o Golpe de 1964, as Ligas e outros movimentos sociais do campo foram praticamente aniquilados.

Em seu pacto tácito, os militares e a burguesia pretendiam controlar a questão agrária, por meio da violência e com a implantação de seu modelo de desenvolvimento econômico para o campo, que priorizou a agricultura capitalista em detrimento da agricultura camponesa. Ainda, o governo da ditadura ofereceu aos empresários subsídios, incentivos e isenções fiscais, impulsionando o crescimento econômico da agricultura e da indústria, enquanto arrochava os salários, estimulava a expropriação e a expulsão, multiplicando os despejos das famílias camponesas. (Fernandes, 1999, p. 31).

Este período das políticas militares de expansão na Amazônia, voltadas à implantação de um regime capitalista de produção, foi associado, por Novaes (2025), ao conceito marxista de acumulação primitiva. Segundo o autor, trata-se da expropriação das condições de produção de subsistência do trabalhador, deixando-o sem alternativa senão oferecer sua força de trabalho assalariada. Sob o lema “integrar, para não entregar”, as políticas militares durante a Ditadura favoreceram o acúmulo de terras pelos grandes latifundiários, ao mesmo tempo em que promoveram o êxodo rural e a formação de uma massa de trabalhadores do campo sem acesso à terra.

Nesse contexto, diversas empresas, incluindo mineradoras e grupos de garimpo, passaram a invadir territórios indígenas ilegalmente com o aval dos militares, como demonstram Oliveira, Borges e Marques (2024), estabelecendo relações duradouras que se estenderam e passaram além do período militar e chegam até a contemporaneidade. Mesmo sem considerar o contexto histórico da pandemia, abordado no conto do escritor cearense, é inegável o apoio das forças militares a essas atividades extrativistas, que continuam a ameaçar os povos originários. Nesse sentido, os dois contos convergem ao retratar a permissividade — ou mesmo o incentivo — do governo local para o etnocídio indígena, evidenciando o alinhamento dessas narrativas com o conhecimento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado, torna-se possível comparar as narrativas, não apenas entre si, mas também em relação ao discurso historiográfico. Essa análise permite considerar peculiaridades como os lugares a partir dos quais os autores se posicionam e as características que se destacam em função dessas perspectivas localizadas.

Quanto às semelhanças entre os textos, observa-se que, tanto no conto de Clive Barker quanto no de Moacir Fio, elementos alheios à floresta adentram seu meio motivados, em geral, por interesses financeiros, sejam os estrangeiros ou a equipe de militares com o técnico da hidrelétrica. Em ambos os casos, essas equipes se deparam com comunidades indígenas e recorrem à violência brutal, inclusive contra crianças, tendo como desfecho o extermínio de comunidades inteiras. Os contos também

evidenciam o papel do governo na perpetração do etnocídio: enquanto em Barker o Estado atua de forma passiva, em Fio o governo se apresenta como agente ativo por meio da atuação militar.

Por outro lado, há diferenças marcantes entre as duas narrativas, especialmente quando se considera a noção do lugar de fala. Enquanto metáfora histórica mais explícita, o conto de Barker traz protagonistas estrangeiros, situando a razão do etnocídio indígena na figura dos colonizadores, que continuariam a empresa colonial de exploração das terras do Novo Mundo. Já Moacir Fio oferece uma perspectiva “de dentro” da sociedade brasileira, mostrando a intervenção dos militares no extermínio dos povos originários em função de interesses financeiros. Por conseguinte, ambos os contos representam duas faces da mesma moeda colonizatória: de um lado, a predação estrangeira, característica dos primeiros momentos da colonização e atualmente associada aos interesses geopolíticos do chamado Norte global (Barros, 2024); de outro, a estruturação social dos países colonizados segundo modelos europeus, de modo que o próprio Estado reproduz interesses coloniais, mesmo em nações que se apresentam como formalmente independentes.

Embora sejam disciplinas com objetos e métodos próprios, é inegável a aproximação entre Literatura e História em contextos como este. As narrativas, por mais alegóricas ou metafóricas que sejam, mantêm um forte vínculo com o discurso histórico, ao passo que a Historiografia se beneficia de outros tipos de narrativas, além da linguagem científica, ampliando seu potencial de socialização do conhecimento.

Destaca-se, portanto, o fator político nessa interseção entre História e Literatura. Por um lado, a narrativa histórica oficial serve como material ideológico para a construção de identidades e tradições e, por sua vez, pode ser utilizada tanto para unificar grupos sociais sob uma mesma ideologia, quanto para evidenciar tensões sociais historicamente invisibilizadas, realçando os embates entre projetos políticos. Segundo Hobsbawm (2013, p.19): “Eu costumava pensar que a profissão de historiador, ao contrário, digamos, da de físico nuclear, não pudesse, pelo menos, produzir danos. Agora sei que pode. Nossos estudos podem se converter em fábricas de bombas”.

Ou seja, mitos de construção nacional, nacionalismos exacerbados, tradições inventadas e sentimentos identitários — inclusive de caráter fascista — podem ser produzidos pelo discurso historiográfico oficial, colocando essas narrativas no centro das disputas políticas. Isso revela, conforme o pesquisador citado, a responsabilidade do historiador não apenas em relação aos fatos históricos, mas também frente ao uso político-ideológico abusivo da História.

Contudo, como é bem sabido, o próprio movimento salutar de inclusão de diversas vozes trouxe consigo um forte relativismo e a erosão da autoridade. O advento da internet ampliou sobremaneira esse fenômeno, de modo que qualquer canal de informação passa a assumir um verniz de credibilidade (Pariser, 2011). Assim, diversos agentes adquirem o mesmo “poder” de criar mitos e influenciar comportamentos sociais, sem o treinamento e responsabilidade do historiador em relação aos fatos, permitindo todo tipo de abuso político-ideológico com o passado. Surge, portanto, uma miríade de canais revisionistas e negacionistas que se disseminam pela internet, transformando o mundo digital em um palco de disputas políticas sustentadas prioritariamente por narrativas.

Segundo Siebert e Pereira (2020), o conceito de pós-verdade define um momento em que a sociedade se mostra mais interessada no próprio bem-estar diante das informações do que em seu

valor fatural em relação ao mundo real. Já para Paula, Silva e Blanco (2018), a pós-verdade opera por meio do apelo a aspectos emocionais, construindo narrativas com aparência de verossimilhança.

À luz do que foi discutido, observa-se que a História se revela simultaneamente narrativa e factual, ao passo que a Literatura se torna cada vez mais historicizada e consciente de seu papel nas disputas políticas contemporâneas.

Nesse contexto de pós-verdade, marcado por disputas de narrativas que competem pela construção de identidades sociais em torno de diferentes projetos políticos, obras literárias como essas podem ser mobilizadas em contextos educativos para reforçar a compreensão do genocídio indígena ocorrido ao longo dos últimos quinhentos anos. Se o cenário social contemporâneo privilegia conexões com narrativas baseadas em aspectos emocionais, torna-se pertinente a difusão de narrativas historicizantes, como os contos aqui analisados, que utilizam o horror ficcional como meio de repercutir o horror histórico. Dessa forma, contribuem para a manutenção dessa memória no presente e alcançam espaços onde, muitas vezes, o discurso historiográfico oficial não chega.

Se, como temos discutido, as disputas discursivas em torno das identidades estão no centro dos debates acadêmicos e sociais, a utilização de narrativas historicizantes para a mobilização de afetos e a construção de identidades sociais em contextos educativos configura-se como uma prática politicamente engajada, refletindo a crescente consciência da literatura acerca de seu papel nos projetos políticos contemporâneos.

Nesse contexto, não se trata de reduzir a literatura a uma função utilitarista, uma vez que múltiplas leituras permanecem sempre possíveis. Se considerarmos que a crítica literária — enquanto rede de divulgação, legitimação e contestação de gostos — não elimina a pluralidade interpretativa de um texto, uma abordagem politicamente engajada em espaços educativos também não esgotaria as possibilidades de leitura, nem diminuiria suas diversas dimensões. Ainda assim, cabe, em última instância, ao professor a decisão sobre a adoção dessa perspectiva.

Além disso, a comparação literária entre textos como esses pode fornecer subsídios para a compreensão das narrativas a partir dos lugares de fala de seus autores, possibilitando debates sobre suas posições sociais e sobre a forma como suas visões de mundo são articuladas, contribuindo também para o letramento político diante da complexidade sociopolítica da sociedade pós-moderna.

Desta forma, descortina-se uma relação dialética multifacetada entre diferentes áreas na sociedade contemporânea: a distinção entre ficção e História torna-se cada vez mais borrada. Por um lado, a História pode se valer de narrativas ficcionais para manter sua relação com o passado factual; por outro, a Literatura, cada vez mais engajada, não se furta ao debate político, ao comparar e discutir obras que evidenciam tensões sociais no interior das disputas políticas. Assim, ambas as disciplinas se articulam como um contraponto a esse contexto de forte relativismo, revisionismo e negacionismo.

REFERÊNCIAS

- BARKER, Clive. *Livros de sangue*: volume 6. Tradução de Paulo Raviere. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2023.
- BARROS, Douglas. *O que é identitarismo?* São Paulo, Boitempo, 2024.
- BARROS, José D'Assunção. Tempo e narrativa em Paul Ricoeur: considerações sobre o círculo hermenêutico. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, ano IX, v. 9, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/370>. Acesso em: 21 mar. 2025.
- CARROLL, Noël. *A filosofia do horror ou paradoxos do coração*. Campinas: Papirus, 1999.
- COLEMAN, Robin R. M. *Horror noire*: a representação negra no cinema de terror. Tradução de Jim Anotsu. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2019.
- COUTINHO, Eduardo F. A literatura comparada e a *Weltanschauung* pós-moderna. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 7, p. 25-38, 2005. Disponível em: <https://revistaabralic.com.br/index.php/revista/issue/view/7/showToc>. Acesso em: 07 abr. 2026.
- DE CERTEAU, Michel. *A cultura no plural*. Tradução de Enid Abreu Dobránsky, Campinas, Papirus, 1999.
- RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*: feminismos plurais. Coordenação: Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. 14. ed. atualizada e ampliada. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.
- FERNANDES, Bernardo M. *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST (1979 –1999)*. 1999. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FIO, Moacir. *Pequenas hemorragias*. São Paulo: Patuá, 2023.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOBSBAWM, Eric (org.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 13. ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e terra, 2020.
- HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- INCRA/MDA. *Olivro branco da grilagem*. Brasília: MDA, [s.d.]. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/o-livro-branco-da-grilagem-de-terras-no-brasil>. Acesso em: 16 mar. 2025.
- LUCA, Tania R. de. *Práticas de pesquisa em História*. São Paulo, contexto, 2023.
- MATTOS, Marcelo Brandão. O “lugar de fala” e as “falas do lugar” na enunciação literária: o dilema pós-colonial. *Literatura: teoria, história, crítica*, v. 23, n. 1, p. 161-184, 2021. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-59312021000100161. Acesso em: 13 mar. 2025.
- MESGRAVIS, Laima. *História do Brasil colônia*. São Paulo: Contexto, 2018.
- NOBRE, J. N. de S. História mercadológica: do monumento histórico como referência cultural ao Patrimônio como produto. *Almadan online*, Tomo I, n. 28, p. 176-185, 2025. Disponível em: <https://issuu.com/almadan/docs/ao28-1>. Acesso em: 13 mar. 2025.
- NOVAES, Henrique T. *Educação ambiental anticapitalista*: produção destrutiva, trabalho associado e agroecologia. São Paulo: Boitempo, 2025.

OLIVEIRA, Manfredo A. de. *Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea*. 4. ed. Edições Loyola: São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de; BORGES, Maria Celma; MARQUES, Gilberto de Souza. Ditadura empresarial-militar e mineração na Amazônia: Paranapanema e os crimes contra os povos originários. *Revista Brasileira de História*, v. 44, n. 97, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/dVxjkkpJvYNxHzNPgfzq3xk/>. Acesso em: 19 mar. 2025.

PARISER, Eli. *The filter bubble: what the internet is hiding from you*. New York: The Penguin Press, 2011.

PAULA, Lorena Tavares de; SILVA, Thiago dos Reis Soares da; BLANCO, Yuri Augusto. Pós-verdade e Fontes de Informação: um estudo sobre fake news. *Revista Conhecimento em Ação*, v. 3, n. 1, p. 93-110, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/rca/article/view/16764>. Acesso em: 01 jul. 2025.

PREZIA, Benedito. *História da resistência indígena: 500 anos de luta*. São Paulo: Expressão popular, 2017.

PRIORE, Mary del. *Histórias da gente brasileira. Volume 1: Colônia*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SÁ, José F. Rodriguez de. *O terror no divã: a psicologia do cinema de terror em quatro séries clássicas*. São Paulo: Madras, 2017.

SUTERMEISTER, Paul. A meta-história de Hayden White: uma crítica construtiva à “ciência” histórica. *Revista espaço acadêmico*. v. 9 n. 97, p. 43-48, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/343>. Acesso em: 13 mar. 2025.

SIEBERT, Silvana; PEREIRA, Israel Vieira. A pós-verdade como acontecimento discursivo. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 20, n. 2, p. 239-249, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/vykt83t8h8874gJT7ys46sy/>. Acesso em: 01 jul. 2025.

TORRES, Maurício. Grilagem para principiantes: guia de procedimentos básicos para o roubo de terras públicas. In: SEMINÁRIO PERSPECTIVAS DE NATUREZA, 2017, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017. p. 21-24. Disponível em: <https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/AnaisSeminarioPerspectivasDeNatureza.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe*. Fourtieth Anniversary Edition, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2014.